

Bolsonaro é declarado inelegível até 2030 por atacar o sistema eleitoral



Jair Bolsonaro no aeroporto de Brasília após viagem a MG Gabriela Bilo/Fotopress

Bolsonaro fica inelegível até 2030 por mentiras e ataques ao sistema eleitoral

Placar do TSE marca 5 votos a 2 pela condenação ★ Ex-presidente não participará de 3 eleições ★ Bolsonaro diz ter levado facada nas costas do tribunal ★ Defesa avalia entrar com recurso no Supremo

Matheus Teixeira, José Marques e Marcelo Rocha

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu nesta sexta (30), por 5 votos a 2, tornar Jair Messias Bolsonaro (PL) inelegível por oito anos.

O ex-presidente de 68 anos somente estará apto a se candidatar novamente em 2030, aos 75 anos de idade, ficando afastado portanto de três eleições até lá (sendo uma delas a nacional).

Os ministros Benedito Gonçalves, Flávio de Azevedo Marques Neto, André Ramos Tavares, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes votaram para reconhecer o abuso de poder político e o uso indevido dos meios de comunicação. Raul Araújo e Kassio Nunes Marques se manifestaram para livrar o ex-presidente da acusação.

A ação julgada teve como foco a reunião em julho do ano passado com embaixadores estrangeiros no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República. Na ocasião, a menos de três meses da eleição, Bolsonaro fez afirmações falsas e distorcidas sobre o processo eleitoral, alegando estar se baseando em dados oficiais, além de buscar desacreditar o TSE.

O quarto dia de julgamento na corte foi aberto nesta sexta com o voto de Cármen, que seguiu o relator. Depois, Kassio disse que não via gravidade suficiente para condenar Bolsonaro, mas defendeu o sistema de votação.

Em seguida, Moraes, presidente do tribunal, também votou pela inelegibilidade e classificou a reunião de Bolsonaro com embaixadores como um "monólogo eleitoral".

Além de ter declarado Bolsonaro inelegível, o TSE decidiu que o caso será encaminhado ao TCU (Tribunal de Contas da União) e a inquéritos criminais em curso no STF (Supremo Tribunal Federal) para apurar se cabem investigações contra Bolsonaro além da esfera eleitoral.

A corte de contas pode analisar, por exemplo, se houve uso indevido de prédio público, no caso o Palácio da Alvorada, para realização da reunião com os embaixadores.

A inelegibilidade tira do péreo o hoje principal adversário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e obriga a direita a construir um nome para herdar o capital eleitoral de Bolsonaro no pleito de 2026.

O ex-presidente disse ter levado uma facada nas costas com a decisão do TSE. "Hoje vivemos aqui uma inelegibilidade. Não gostaria de me tornar inelegível. Na política, essa frase não é minha, ninguém mata, ninguém morre."

Farciso Vieira de Carvalho, advogado de Bolsonaro, disse ao deixar o plenário da corte que respeita o resultado do julgamento e avaliará recorrer ao Supremo.

Placar da votação no TSE

5 x 2
votos a favor da inelegibilidade de Bolsonaro / votos contra a inelegibilidade de Bolsonaro

- Benedito Gonçalves (relator)
- Flávio de Azevedo Marques
- André Ramos Tavares
- Cármen Lúcia
- Alexandre de Moraes
- Raul Araújo Filho
- Kassio Nunes Marques

“Hoje vivemos aqui uma inelegibilidade. Não gostaria de me tornar inelegível. Na política, essa frase não é minha, ninguém mata, ninguém morre”

Jair Bolsonaro (PL) ex-presidente, após decisão do TSE

“A defesa recebe com profundo respeito a decisão do tribunal e aguarda divulgação oficial do inteiro teor dos votos e composição do acórdão do julgamento para depois da publicação verificar qual é a melhor estratégia possível, inclusive recorrer ao STF”, disse.

Ele evitou fazer comentários sobre a posição dos ministros. “Não é ético e nenhum advogado comentar votos individuais dos ministros e que estratégia correta é aguardar a publicação do acórdão [resultado do julgamento] e verificar se há caminho para recurso.”

O julgamento ocorre seis meses após a saída de Bolsonaro do cargo e tem como foco uma ação movida pelo PDT contra a chapa devido a reunião com os embaixadores.

“Ainda podemos dizer que em Brasília há juízes. Ou seja, ratifica-se o parâmetro democrático e não é apenas aqueles mandatários nos rincões que precisam cumprir a legislação eleitoral”, afirmou o advogado Walber Agra, um dos representantes do partido.

No julgamento, o TSE decidiu, de forma unânime, rejeitar o pedido de inelegibilidade de Braga Netto (PL), que foi candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022.

Ao longo de seu mandato, Bolsonaro, que foi a 42ª pessoa a exercer a Presidência, buscou desestabilizar o sistema eleitoral em vários momentos, inflamando apoiadores e contestando a confiabilidade da votação sem apresentar indícios nem provas.

Ele levantou suspeitas inclusive sobre o pleito de 2018, que o levou ao Palácio do Planalto, sugerindo vitória mais robusta contra o então candidato do PT, Fernando Haddad, não fosse uma pretensa fraude.

Bolsonaro se utilizou de lives semanais, transmissões do Palácio da Alvorada, e entrevistas para alardear a tese, replicada por seus aliados nas redes sociais.

